

TCU adia por 20 dias análise sobre o futuro da Eletrobras

Em revés ao governo do presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), o Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu o julgamento da segunda etapa da privatização da Eletrobras por 20 dias, após pedido de vista (mais tempo para análise) apresentado pelo ministro Vital do Rêgo.

De acordo com o ministro, há uma série de inconsistências e erros nos estudos elaborados que servem de base para a privatização. Com a decisão, o processo só deve voltar à pauta no dia 11 de maio, o que inviabiliza os planos do governo de realizar a operação até 13 de maio. Agora, a expectativa passa a ser a segunda quinzena de julho, caso ocorra.

Inicialmente, Vital do Rêgo solicitou vista por 60 dias. Pela manhã, antes da sessão, ele disse que, “da forma como está, não estão privatizando, estão liquidando, e caberá ao TCU atestar ou não”. Em entrevista à agência Estado, destacou que cabe a ele, como ministro, “fiscalizar cada centavo”. Durante o julgamento, no entanto, cedeu ao apelo dos demais colegas e aceitou reduzir o prazo de 60 dias para, no máximo, 20 dias.

Mesmo com o recuo do ministro, não será possível que o governo realize a operação no próximo mês. Para concluir a venda dentro do cronograma, o pedido de vista não poderia ser superior a sete dias, o que não foi possível, mesmo com a pressão do Executivo. O ministro Jorge Oliveira, que foi indicado por Bolsonaro ao TCU, sugeriu reduzir para sete, como queria o governo federal, mas houve questionamentos sobre o regimento do órgão.

Contaminação

O Executivo avaliava que havia uma janela de oportunidade para vender a empresa até o dia 13 de maio. Passado esse período, membros do governo dizem que a operação ficaria inviabilizada, dada a proximidade do período eleitoral, que poderia contaminar a desestatização. Esse argumento foi rechaçado por alguns ministros do tribunal, que o consideraram “falacioso”.

– O investidor aceitaria comprar a Eletrobras na primeira semana de junho e não na última de julho? Parece um argumento traçado para jogar

sobre o tribunal o peso da opinião pública – disse o ministro Bruno Dantas, que afirmou poucas vezes ter sentido uma “tentativa de pressionar o tribunal de forma tão avassaladora”.

Em fevereiro, por seis votos a um, o TCU aprovou a primeira etapa da privatização, que tratava da modelagem econômico-financeira da venda da empresa pública. Agora, os membros do tribunal analisam as condições metodológicas para a emissão de novas ações e a diluição do capital da Eletrobras. A União planeja reduzir sua fatia na companhia de cerca de 60% para 45% a partir dessa operação.

Inconsistências

A sessão de ontem começou com a apresentação do voto do ministro-relator, Aroldo Cedraz, o único que analisou o mérito do processo. Embora favorável à venda, ele identificou inconsistências na segunda etapa da privatização, que analisa a modelagem e o novo modelo societário da empresa. E propôs que a área técnica do órgão avalie os impactos futuros de venda de potência de energia pela Eletrobras.

Também votou para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável pela modelagem da privatização, revise as premissas de receitas da empresa.

Ele afirmou que os estudos apresentados pela instituição financeira sobre as receitas operacionais da estatal do setor elétrico “não têm sustentação”.

Cedraz decidiu também retirar de seu voto determinações sobre a revisão da cláusula conhecida como “poison pill (*pílula de veneno*)”, que é geralmente adotada para evitar que um acionista assuma o controle de uma empresa de forma hostil. De acordo com ele, a decisão aconteceu após contribuições apresentadas pelo ministro Oliveira.

Os demais ministros ainda vão apresentar os seus votos. O colegiado é composto de nove integrantes, mas a presidente, Ana Arraes, só vota em caso de empate. Walton Rodrigues e Oliveira sinalizaram que devem acompanhar o relator, enquanto Vital do Rêgo deve apresentar voto divergente.

A desestatização

DILUIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

• A operação de privatização da Eletrobras não é no modelo clássico, onde a União vende toda a sua participação acionária, o controle do ativo ou concede direitos para a iniciativa privada

• Será realizada uma capitalização com emissão de ações da empresa até diluir a participação da União na companhia

PRINCIPAIS ARGUMENTOS

Pela privatização

• O governo federal afirma que a Eletrobras poderá retomar sua capacidade de investimento se for capitalizada. A desestatização vai contribuir para a atração de novos recursos para a empresa, reforçando o caixa e recuperando a capacidade de investimento no longo prazo, de acordo com a União

• Segundo o governo federal, com a Eletrobras capitalizada e desestatizada, a União não precisará fazer injeção de capital na companhia, abrindo espaço para investimentos em áreas como saúde, segurança e educação

• A desestatização da Eletrobras aumentará a eficiência da empresa e a companhia será capaz de investir mais, de acordo com o Planalto

• O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) afirma que, sem a privatização da Eletrobras, existe a possibilidade de que a usina nuclear de Angra 3 não seja concluída e, consequentemente, fechada

• Após a reestruturação societária, a União continuará com controle sobre a Eletronuclear e Itaipu e com os programas setoriais, como o Procel e o Luz para Todos

• O voto será limitado a 10% para qualquer acionista, o que tornará a Eletrobras uma companhia sem controlador definido. O BNDES calcula que todo o processo vá movimentar R\$ 100 bilhões

Contra

• A oposição avalia que “desprezar o ativo financeiro”, que é a reserva de potência das hidrelétricas, é um problema. Com a privatização, o governo abriria mão do patrimônio financeiro que as hidrelétricas podem gerar ao longo dos 30 anos dos novos contratos de geração de energia, segundo ação do PT que tenta barrar o processo no TCU

• Manifesto do Conselho Regional de Economia (Corecon) do Rio de Janeiro, apoiado por dezenas de entidades regionais, lançado no início deste mês, afirma que as tarifas de luz vão subir com a venda da estatal diante da mudança do regime de concessões de usinas

• Entidades sindicais afirmam que a desestatização pode provocar novos tarifas e apagões, que já foram registrados em Estados que contam com privatização na área de energia

• Essas entidades também temem eventual impacto da privatização na mão de obra, como possíveis demissões



A hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, integra a parte de geração da estatal

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Privatização **Página:** 8